



Antônio Ronaldo Vieira Nogueira*

RESUMO

A celebração dos 50 anos da Teologia da Libertação deve nos fazer retomar a atualidade/relevância desse movimento teológico-pastoral e teórico-prático não só no seio da Igreja, mas na transformação da sociedade. Essa teologia foi produzida e/ou desencadeada no seio de duas grandes Conferências do Episcopado Latino-Americano: Medellín e Puebla. Nosso artigo pretende apresentar dois grandes e centrais aspectos da caminhada latino-americana e que tiveram seus inícios nessas duas Conferências: opção pelos pobres e Comunidades Eclesiais de Base. Nossa reflexão não desenvolverá como esses temas aparecem na Teologia da Libertação. Queremos simplesmente mostrar como em Medellín e Puebla está o início fecundo dessa reflexão e prática que marcam a identidade da Igreja e da teologia do nosso continente. Assim, nosso artigo está dividido em três partes: na primeira, faremos a apresentação do tema da opção pelos pobres em Medellín e Puebla, fazendo um comparativo entre ambas e mostrando sua influência no Magistério posterior da Igreja; na segunda, mostraremos como o tema das Comunidades Eclesiais de Base aparece também nas duas Conferências e quais são seus desafios pastorais na atualidade; por fim, a modo de conclusão, queremos ver como essas temáticas podem dar novo vigor à Igreja e à teologia.

Palavras-chave: Opção pelos pobres. Comunidades Eclesiais de Base. Medellín. Puebla. Teologia da Libertação.

The contribution of Medellín and Puebla to the Theology of Liberation: option for the poor and Ecclesial Base Communities

ABSTRACT

The celebration of the 50th anniversary of Liberation Theology must make us recapture the relevance/relevance of this theological-pastoral and theoretical-practical movement not only within the Church, but in the transformation of society. This theology was produced and/or unleashed in the heart of two large Latin American Episcopate Conferences: Medellín and Puebla. Our article intends to present two great and central aspects of the Latin American journey and which had their beginnings in these two Conferences: option for the poor and Ecclesial Base Communities. Our reflection will not develop how these themes appear in Liberation Theology. We simply want to show how in Medellín and Puebla there is the fruitful beginning of this reflection and practice that mark the identity of the Church and theology of our continent. Thus, our article is divided into three parts: in the first, we will present the theme of the option for the poor in Medellín and Puebla, making a comparison between them and showing their influence on the later Magisterium of the Church; in the second, we will show how the theme of Basic Ecclesial Communities also appears in the two Conferences and what are their current pastoral challenges; finally, by way of conclusion, we want to see how these themes can give new vigor to the Church and theology.

Keywords: Option for the poor. Base Ecclesial Communities. Medellín. Puebla. Liberation Theology.

*Presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte-CE. Mestre em Teologia Sistemática pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Professor de Teologia Sistemática na Faculdade Católica de Fortaleza (FCF). E-mail: antonioronaldoa@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.enpq.br/5982913793230366>.

A contribuição de Medellín e Puebla para a Teologia da Libertação: opção pelos pobres e Comunidades Eclesiais de Base

Introdução

Estamos celebrando os cinquenta anos da Teologia da Libertação, que tem como marco inicial o lançamento, em 1971, da obra *Teologia da Libertação*, de Gustavo Gutierrez. Sem dúvida, esse movimento teológico-pastoral e teórico-prático surgido na América Latina tem uma enorme atualidade/relevância, que está profundamente relacionada com a situação de pobreza e sofrimento que marca nosso continente e o mundo todo. Como nos recorda Gutierrez, “a teologia da libertação nasceu do desafio que representa para a fé a pobreza [e opressão] geral e desumana existente na América Latina e no Caribe”. Como essa situação não só perdura ainda hoje, mas também tem se agravado, então, essa atividade teológica liberadora também permanece: “continuam vigentes em nossos dias, e com maior ímpeto e alcance, os desafios da pobreza [e opressão] à nossa solidariedade e à nossa reflexão” (GUTIERREZ, 2003, p. 29-30).

Esse movimento teológico-pastoral tem estreita ligação com duas Conferências do Episcopado Latino-Americano que o produziram e/ou desencadearam: as Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1977). Essas duas Conferências, que tinham como objetivo realizar um processo de recepção do Concílio Vaticano II na América Latina, terminaram por ir mais além. O Concílio Vaticano II, considerado um novo Pentecostes para a Igreja, permitiu que esta olhasse para si mesma, sua identidade e missão de serviço ao mundo. Depois de séculos de conflitos, a Igreja se abre e se reconcilia com o mundo. No entanto, era preciso mais. Era preciso historicizar que mundo era esse e quais os destinatários da missão da Igreja.

Foi isso o que fizeram Medellín e Puebla no processo de recepção do Concílio para a América Latina. Especialmente Medellín é considerada o Pentecostes da Igreja latino-americana e, sem dúvida, Puebla, mesmo com alguns percalços, confirmou essa caminhada. Dois de seus grandes temas merecem destaque do ponto de vista teológico e pastoral e marcam profundamente a Teologia da Libertação: a opção pelos pobres e as CEBs. Sobretudo o primeiro dá a orientação fundamental dos dois Documentos, promovendo um descentramento da Igreja em direção aos pobres e marginalizados. O segundo tema vem do primeiro e

permite que, na pastoral, a Igreja assuma, conseqüentemente, a opção pelos pobres.

Não pretendemos desenvolver o modo como esses dois temas foram tratados pela Teologia da Libertação. Nossa pretensão é muito mais modesta: ao apresentar como as temáticas aparecem nas duas Conferências que ajudaram a produzir/desencadear a Teologia da Libertação, queremos tão simplesmente perceber como está aqui um início fecundo para esse movimento teórico-prático. Nossa abordagem é constituída de duas partes: na primeira, apresentamos a opção pelos pobres de maneira analítica nos Documentos de Medellín e Puebla, fazendo um comparativo entre ambos e mostrando sua influência no Magistério posterior; na segunda apresentamos analiticamente como as CEBs aparecem em ambos os Documentos e quais seus desafios pastorais na atualidade; finalmente, a modo de conclusão, queremos perceber como essas duas temáticas podem dar novo vigor à Igreja e à teologia.

1 A opção pelos pobres em Medellín e Puebla

O tema da opção pelos pobres pertence a mais genuína Tradição da Igreja, mesmo com os esquecimentos, resistências e conflitos. No Concílio Vaticano II, houve uma tentativa frustrada de que esse tema estivesse na pauta de discussões. O Papa João XXIII, às vésperas do Concílio, numa mensagem ao mundo, falando de Cristo como luz e da Igreja como a que tem a missão de irradiar essa luz, declarou de modo surpreendente o que chama de ponto luminoso: “pensando nos países subdesenvolvidos, a Igreja se apresenta e quer ser a Igreja de todos, em particular, a Igreja dos pobres” (JOÃO XXIII, 2007, p.20-26, letra L). Também o Cardeal Lercaro de Bolonha, ao final da primeira sessão do Concílio, na discussão do projeto sobre a Igreja, propõe que a “finalidade do Concílio” seja a “doutrina sobre a Igreja capaz de ir até aos fundamentos, além dos traços de ordem jurídica”. Ele percebe que há uma lacuna nos esquemas, pois não levam em conta “o Mistério de Cristo nos pobres” que é uma verdade “essencial e primordial” na Revelação e conclui: “Se, na verdade, a Igreja [...] é o tema deste Concílio, pode-se afirmar, em plena conformidade com a eterna vontade do Evangelho, e [...] com a conjuntura presente,

que: o tema deste Concílio é bem a Igreja enquanto ela é sobretudo ‘a Igreja dos pobres’” (LERCARO *apud* GAUTHIER, 1967, p.178-182).

O tema acabou não obtendo a repercussão que se pedia no Concílio, mas desencadeou um processo que tem como marcas interessantes o Pacto das Catacumbas, celebrado em 16 de novembro de 1965, na Catacumba de Santa Domitila, fora de Roma, e no seu largo desenvolvimento em Medellín e em Puebla, como veremos a seguir.

1.1 Medellín

A Conferência de Medellín produziu 16 documentos, divididos em três grandes setores: promoção humana, evangelização e crescimento da fé, a Igreja visível e suas estruturas. Embora não se possa reduzi-los a um tema específico, há temas mais centrais e decisivos do que outros. E dentre esses está o da Pobreza da Igreja: título de um dos documentos específicos e também um fio que perpassa os outros temas.

Logo na Introdução, por exemplo, Medellín¹ nos diz que “situou no centro de sua atenção o homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico” (CM, Introdução, 1). Medellín vai aprofundar a situação desse homem latino-americano, afirmando, logo no Documento 1 (Justiça), que há muitos estudos sobre ele e “em todos eles se descreve a miséria que marginaliza grades grupos humanos. Essa miséria, como fato coletivo, é qualificada de injustiça que clama aos céus” (CM, 1,1).

No Documento 14 (Pobreza da Igreja), na primeira seção, intitulada “Realidade latino-americana”, se diz que “o Episcopado latino-americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana” (CM, 14,1). Trata-se de “um surdo clamor” que “nasce de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não

¹ O texto das Conclusões de Medellín (CELAM, 2010) é dividido em Documentos (16) e cada Documento tem parágrafos numerados. Para facilitar a localização em outras edições que não esta usada nesse artigo, indicamos ao leitor que faremos as referências seguindo o padrão do texto de Medellín. Assim, indicaremos com a sigla CM (Conclusões de Medellín) e com dupla numeração: o primeiro número indica qual o Documento e o segundo número indica o parágrafo desse documento.

lhes chega de nenhuma parte” (CM, 14,2). Constatam-se “queixas de que a Hierarquia, o clero e os religiosos são ricos e aliados dos ricos” (CM, 14,2) e pondera-se a respeito da imagem que se tem da Igreja como rica, apresentando a situação de pobreza em que vivem muitas paróquias, dioceses, bispos, sacerdotes e religiosos, distinguindo ainda entre o “necessário para a vida e certa segurança” e a carência “do indispensável” para viver, e conclui reconhecendo casos “em que os pobres sentem que seus bispos, párocos e religiosos, não se identificam realmente com eles, com seus problemas e angústias, e que nem sempre apoiam os que trabalham com eles ou defendem sua sorte” (CM, 14,3).

Na seção da “Motivação doutrinal”, Medellín distingue “a pobreza como carência de bens deste mundo que é um mal em si”, “a pobreza espiritual [...] atitude de abertura para Deus” e “a pobreza como compromisso, assumida voluntariamente e por amor à condição dos necessitados deste mundo” a “exemplo de Cristo” (CM, 14,4). Nesse contexto, a Igreja pobre “denuncia a carência injusta dos bens deste mundo e o pecado que a engendra”; “prega e vive a pobreza espiritual como atitude de infância espiritual e abertura ao Senhor”; e “compromete-se ela mesma com a pobreza material” (CM, 14,5). Isso diz respeito a “todos os membros da Igreja” ainda que seja vivido de modo diferente (CM, 14,6). A atitude da Igreja segue a de Cristo: “Cristo, Nosso Salvador, não só amou aos pobres, mas também ‘sendo rico se fez pobre’, viveu na pobreza, centralizando sua missão no anúncio da libertação aos pobres e fundou a Igreja como sinal dessa pobreza entre os homens”. Por isso,

a Igreja da América Latina, dadas as condições de pobreza e subdesenvolvimento do continente, sente a urgência de traduzir esse espírito de pobreza em gestos, atitudes e normas, que a tornem um sinal mais lúcido e autêntico do Senhor. A pobreza de tantos irmãos clama por justiça, solidariedade, testemunho, compromisso, esforço e superação para o cumprimento pleno da missão salvífica confiada por Cristo (CM, 14,7).

Por fim, na terceira seção, “Orientações pastorais”, o texto afirma: “queremos que a Igreja da América Latina seja evangelizadora e solidária com os pobres, testemunha do valor dos bens do Reino e humilde servidora de todos os homens de nossos povos” (CM, 14, 8). Isso se dá em três aspectos: preferência e solidariedade; testemunho e serviço. Quanto ao primeiro elemento, diz o texto: “O mandato particular do Senhor, que prevê a evangelização dos pobres, deve levar-nos a uma

distribuição tal de esforços e de pessoal apostólico, que deve visar, preferencialmente, os setores mais pobres e necessitados e os povos segregados por uma causa ou outra [...]” (CM, 14,9); “devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres; exigência da caridade. Esta solidariedade implica em tornar nossos seus problemas e suas lutas e em saber falar por eles. Isto há de se concretizar na denúncia da injustiça e da opressão, na luta contra a intolerável situação suportada frequentemente pelo pobre, na disposição de dialogar com os grupos responsáveis por essa situação, para fazê-los compreender suas obrigações”; assim, “a promoção humana há de ser a linha de nossa ação em favor do pobre [...] com esse fim, reconhecemos a necessidade da estruturação racional de nossa pastoral e da integração de nosso esforço com os esforços de outras entidades” (CM, 14,11).

No que se refere ao segundo ponto, o testemunho, o texto declara: “desejamos que nossa habitação e estilo de vida sejam modestos; nossa indumentária, simples; nossas obras e instituições funcionais, sem aparato nem ostentação. Pedimos [...] um tratamento que convenha à nossa missão [...], pois desejamos renunciar a títulos honoríficos próprios de outras épocas” (CM, 14,12); “a administração dos bens diocesanos ou paroquiais deverá ser integrada por leigos competentes e dirigida, da melhor forma possível, para o bem de toda a comunidade” (CM, 14,13); o mesmo espírito deve animar os sacerdotes e religiosos e, assim, “estes exemplos autênticos de desprendimento e liberdade de espírito fará com que os demais membros do povo de Deus deem testemunho análogo de pobreza” (CM, 14,17).

Quanto ao serviço, diz o texto que

a Igreja não é impulsionada por nenhuma ambição terrena. O que ela quer é ser humilde servidora de todos os homens [...] Queremos que nossa Igreja latino-americana esteja livre das peias temporais, de conveniências indevidas e de prestígio ambíguo; que, livre pelo espírito dos vínculos da riqueza, seja mais transparente e forte sua missão de serviço; que esteja presente na vida e nas tarefas temporais, refletindo a luz de Cristo na construção do mundo (CM, 14,18).

1.2 Puebla

O tema dos pobres aparece em vários momentos também no Documento de Puebla². Assim como em Medellín, podemos dizer que não é só um dos temas, mas eixo integrador, animador e estruturador de todo o Documento (cf. MANZATTO, 2019, p. 456). Seu maior desenvolvimento, contudo, se dá na Quarta Parte do Documento, intitulada “Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina”. É aí, no capítulo I, que se trata da opção preferencial pelos pobres. A sua apresentação é feita em três partes: 1) De Medellín a Puebla; 2) Reflexão doutrinal; 3) Linhas pastorais. Trata-se do método ver-julgar-agir.

Na primeira parte, Puebla reassume a posição de Medellín de “uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres”. Há, porém, uma chamada de atenção para os “desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros”. Mesmo assim, se afirma “a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação” (DP 1134). O Documento reconhece que a situação dos pobres continua, e até mesmo se agravou no continente e que “[os pobres] carecem dos mais elementares bens materiais em contraste com a cumulação de riquezas nas mãos de uma minoria, muitas vezes à custa da pobreza de muitos”. Há dois tipos de carência: “os pobres não só carecem de bens materiais, mas também no plano da dignidade humana, carecem de uma plena participação social e política” (DP 1135, nota 2).

O Documento quer reconhecer o que a Igreja na América Latina fez ou deixou de fazer para buscar pistas eficazes na ação evangelizadora (DP 1135). Constata o compromisso de muitos episcopados nacionais e setores da Igreja com os pobres, o que levou a “Igreja latino-americana à denúncia das graves injustiças derivadas de mecanismos opressores” (DP 1136). Isso fez também com que os pobres começassem a se organizar para uma vivência integral da fé, reivindicando seus direitos (cf. DP 1137). Esse trabalho causou à Igreja perseguições e vexames de vários tipos (cf. DP 1138) e acusações dentro e fora de seu seio de estar do lado

² O texto do Documento de Puebla (CELAM, 2009) segue numeração contínua dos parágrafos. Nossas referências a esse documento serão indicadas pela sigla DP (Documento de Puebla) com a numeração do parágrafo.

dos poderes ou de um perigoso desvio marxista³. Reconhece-se, por fim, que, na Igreja da América Latina, nem todos se comprometem com os pobres e que tal compromisso exige conversão e purificação constantes para se conseguir uma identificação mais plena com Cristo pobre e os pobres (Cf. DP 1140).

Na segunda parte, “Reflexão doutrinal”, o Documento começa recordando o que disse o Papa João Paulo II no discurso inaugural: o compromisso evangélico da Igreja deve ser como o de Cristo: um compromisso com os mais necessitados. Isso se deu em sua encarnação, nascimento, vida e, sobretudo, na paixão e morte, “na qual chegou à expressão máxima da pobreza” (DP 1141). É “só por esse motivo os pobres merecem uma atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem. Criados à imagem e semelhança de Deus para serem seus filhos, esta imagem jaz obscurecida e também escarnecida”. E continua: “por isso Deus toma sua defesa e os ama. Assim é que os pobres são os primeiros destinatários da missão e sua evangelização é o sinal e prova por excelência da missão de Jesus” (DP 1142). Puebla destaca que isso é “aspecto central da evangelização” como já aparece sublinhado por João Paulo II numa alocução feita no Bairro Santa Cecília: “o papa vos ama porque sois os prediletos de Deus. Ele mesmo, ao fundar sua família, a Igreja, tinha presente a humanidade pobre e necessitada. Para remi-la, enviou precisamente seu Filho, que nasceu pobre e viveu entre os pobres para nos tornar ricos com sua pobreza” (DP 1143). O acompanhamento e serviço da Igreja aos pobres é o que Cristo nos ensinou e, assim, “é medida privilegiada, embora não exclusiva, de nosso seguimento de Cristo”. O melhor serviço é sua “evangelização que o dispõe a realizar-se como filho de Deus, o liberta das injustiças e o promove integralmente” (DP 1145). Esse serviço deve se pautar pelo que traçou o Vaticano II: “Cumprir antes de mais nada as exigências da justiça para não ficar dando como ajuda de caridade aquilo que se deve em razão da justiça”; além disso, deve-se “suprimir as causas e não só os efeitos dos males e organizar auxílios de forma tal que os que os recebem se libertem progressivamente da dependência externa e se bastem a si mesmos” (DP 1146).

³ Como diz Manzatto (2009, p. 454), “estar do lado dos pobres custou para a Igreja o que sempre custou para os pobres: sofrimento, opressão e perseguição”.

O Documento ressalta ainda que o compromisso com os pobres e o surgimento das Comunidades de Base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres “enquanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus” (DP 1147). Concluindo a seção, o Documento trata da pobreza cristã enquanto modelo de vida exigido pelo Evangelho, podendo ser chamada de “pobreza evangélica” (cf. DP 1148). Ela “une a atitude de abertura confiante em Deus com uma vida simples, sóbria e austera, que aparta a tentação da cobiça e do orgulho” (DP 1149) e “põe-se em prática também pela comunicação e participação dos bens materiais e espirituais” (DP 1150). Diz ainda que a Igreja se alegra por ver muitos de seus filhos, sobretudo da classe média mais modesta, vivê-la concretamente (cf. DP 1151) e que, no mundo de hoje, tal pobreza é um desafio ao materialismo e abre as portas a soluções alternativas da sociedade de consumo (cf. DP 1152).

Na terceira seção, “Linhas pastorais”, o Documento traça objetivos, meios e ações concretas. Quanto ao primeiro, se diz que “a opção preferencial pelos pobres tem como objetivo o anúncio de Cristo Salvador, que os iluminará sobre sua dignidade, os ajudará em seus esforços de libertação de todas as suas carências e os levará à comunhão com o Pai e os irmãos, mediante a vivência da pobreza evangélica” (DP 1153); que “esta opção, exigida pela escandalosa realidade dos desequilíbrios econômicos da América Latina, deve levar a estabelecer uma convivência humana digna e construir uma sociedade justa e livre” (DP 1154); que deve haver tanto mudança nas estruturas sociais, políticas e econômicas injustas quanto na mentalidade pessoal e coletiva (cf. DP 1155); além disso, a exigência evangélica da pobreza deve libertar o pobre de ser individualista em sua vida e atraído por falsos ideais de uma sociedade de consumo e, também, o testemunho de uma Igreja pobre pode evangelizar os ricos para que se convertam e libertem-se dessa escravidão e do seu egoísmo (cf. DP 1156). Quanto aos meios, Puebla destaca que para viver e anunciar a exigência da pobreza cristã, a Igreja deve rever suas estruturas e a vida dos membros, sobretudo agentes de pastoral, em vista de uma conversão efetiva (cf. DP 1157) que traga consigo a exigência de um estilo de vida austero e de total confiança no Senhor: “assim apresentará uma imagem

autenticamente pobre, aberta a Deus e ao irmão, sempre disponível, onde os pobres têm capacidade real de participação e são reconhecidos pelo valor que têm” (DP 1158).

Nas ações concretas, afirmam os bispos: “condenamos como antievangélica a pobreza extrema que afeta numerosíssimos setores em nosso Continente” (DP 1159); “envidamos esforços para conhecer e denunciar os mecanismos geradores dessa pobreza” (DP 1160); “reconhecemos a solidariedade de outras Igrejas, unimos os nossos esforços aos homens de boa vontade, para desarraigar a pobreza e criar um mundo mais justo e fraterno” (DP 1161); “apoiamos as aspirações dos operários e camponeses que querem ser tratados como homens livres e responsáveis, chamados a participar nas decisões que concernem à sua vida e futuro e animamos a todos em sua própria superação” (DP 1162); “defendemos o seu direito fundamental de ‘criar livremente organizações de defesa e promoção dos seus interesses e para contribuir responsabilmente para o bem comum’ [João Paulo II]” (DP 1163); por fim, comprometem-se a considerar as culturas indígenas com respeito e simpatia (DP 1164) e colocam Puebla na linha de Medellín com a missão de manter vivo o chamado à esperança do “amor preferencial, mas não exclusivo, pelos pobres” (DP 1165).

1.3 Comparativo entre Medellín e Puebla

O que se pode dizer de um comparativo entre Medellín e Puebla? Sem dúvida, Puebla sentiu a tentativa de uma reformulação de Medellín. Dom Aloísio Lorscheider (2008, p. 81) afirma que “a grande maioria dos bispos era a favor de que Puebla fosse uma continuidade de Medellín”, mas não nega que “havia toda uma tendência forte por parte de um grupo de bispos de neutralizar Medellín: ‘Medellín já foi, não é mais’” (2008, p. 79). Fala, inclusive, do caso de um cardeal do Vaticano presente na Conferência, que “já queria telegrafar para o papa, que na época era o João Paulo II, para dizer que suprimisse o capítulo I da quarta parte do documento, que fala da ‘opção preferencial pelos pobres’” (LORSCHIEDER, 2008, p. 79-80). Isso transparece no Documento, “bastante complexo, inclusive em suas linhas de pensamento e variados enfoques” (MANZATTO, 2019, p. 455). Alguns exemplos: afirma-se a retomada de Medellín, não obstante os desvios e interpretações com

que alguns desvirtuaram o seu espírito (cf. DP 1134), de modo que quando se fala de opção preferencial pelos pobres, acrescenta alguns outros adjetivos como não-excluinte (DP 1145), não-exclusiva (DP 1165), o que termina por enfraquecer a opção; no testemunho da Igreja pobre, ameniza-se as opções de Medellín de uma Igreja que renuncia a títulos, habitações e vestes e não nomeia, como em Medellín, a hierarquia como responsável por tal mudança.

Não obstante a isso, Puebla tem grandes méritos, o que confirma as intuições de Medellín, chegando, em algumas questões, a ir mais além. Um primeiro ponto é a própria formulação da expressão “opção preferencial pelos pobres”. Embora, em Medellín, já esteja presente a ideia, é em Puebla que essa expressão aparecerá pela primeira vez num documento do Magistério: “aquilo que já era realidade na Igreja do continente recebeu então uma formulação especial e uma fundamentação própria. [...] se tornou emblemática, espécie de caracterização da identidade da Igreja latino-americana” (MANZATTO, 2019, p. 456).

Além disso, tanto numa como na outra Conferência, a opção pelos pobres não é só mais um tema, mas o eixo que estrutura todo o documento. O conceito de pobreza em Puebla é idêntico ao de Medellín: conotação político-econômico-social; pobreza evangélica, pobreza como compromisso⁴. E o Documento de Puebla denuncia essa situação de pobreza generalizada e estrutural pela qual passa a maioria da população latino-americana: “esta pobreza não é uma etapa causal, mas sim produto de determinadas estruturas econômicas, sociais e políticas, embora haja também outras causas da miséria” (DP 30). Faz uma corajosa denúncia do capitalismo liberal implantado no continente: “a economia de mercado livre, na sua expressão mais rígida, que ainda vigora em nosso continente e é legitimada por ideologias liberais, tem alargado a distância entre ricos e pobres, pelo fato de

⁴ Medellín apresenta a conceituação de pobreza em três dimensões: “a pobreza como carência de bens deste mundo que é um mal em si”, “a pobreza espiritual [...] atitude de abertura para Deus” e “a pobreza como compromisso, assumida voluntariamente e por amor à condição dos necessitados deste mundo” a “exemplo de Cristo” (CM 14, 4). Puebla, por sua vez, apresenta, nessa primeira aproximação, as várias feições concretas da pobreza generalizada: crianças, jovens, indígenas, camponeses, operários, subempregados e desempregados, anciãos (DP 31-39); em todas as feições destaca-se a situação de exploração e opressão. Na segunda aproximação, o Documento de Puebla destaca como Medellín, a pobreza evangélica como despojamento e abertura para Deus que servem de testemunho. Na terceira aproximação, Puebla se compromete de modo muito concreto não só com o conhecimento e a denúncia, mas com o apoio aos grupos marginalizados de criar organizações de defesa e promoção dos seus direitos (cf. DP 1159-1165) (Cf. GONÇALVES, 2019, pp. 428-429).

antepor o capital ao trabalho, o econômico ao social” (DP 47). Tal sistema marcado pelo pecado (DP 92) gera “injustiças institucionalizadas” (DP 495). Importante destacar que o que é dito do capitalismo é atribuído igualmente ao marxismo. Porém, como observa Beni dos Santos (2009, p. 65), “a doutrina social da Igreja jamais usou, com relação ao capitalismo, a mesma severidade demonstrada com relação ao marxismo e socialismo” e, nisso, Puebla deu um salto: “Puebla, neste ponto, realizou um avanço. [...] E, conseqüentemente, substitui a tradicional linguagem desenvolvimentista e reformista pela linguagem libertadora”.

1.4 A influência no Magistério posterior

A opção preferencial pelos pobres não só influenciou as diretrizes da Igreja na América Latina, mas o próprio conjunto da Igreja, aparecendo diversas vezes em documentos posteriores. Essa opção é vista pela V Conferência do CELAM, em Aparecida, como “uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (CELAM, 2007, n. 391). Ela é vista por João Paulo II (1990, n. 42) como um dos “temas” e “orientações” que aparece muitas vezes “ventilados pelo magistério nos últimos anos” ou ainda “o amor da Igreja pelos pobres, que é decisivo e pertence à sua constante tradição” (CELAM, 2007, n. 57). E ainda na Carta apostólica *Novo millennio ineunte*, afirma que “há na pessoa dos pobres uma especial presença de Cristo, obrigando a Igreja a uma opção preferencial por eles. Através desta opção, testemunha-se o estilo do amor de Deus, a sua providência, a sua misericórdia” (Idem, 2001, n. 49). Também o papa Bento XVI (2007, p. 255), na abertura da Conferência de Aparecida, declarou que a opção preferencial pelos pobres está “implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza (2Cor 8,9)”.

Por sua vez, o Papa Francisco retoma e repropõe a opção preferencial pelos pobres para toda a Igreja. Isso aparece claramente na sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*⁵: percorrendo vários textos da Escritura e da Tradição, Francisco constata que Deus sempre ouve o clamor dos pobres (cf. EG 187), assim como os pobres ocupam lugar preferencial no coração de Deus (cf. EG 197), de modo que

⁵ A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (FRANCISCO, 2013) aparecerá referenciada a seguir com a sigla EG e o número de cada parágrafo.

“todo o caminho da nossa redenção está assinalado pelos pobres” (EG 197). Por isso, permanecer “surdos” ao clamor dos pobres e não solidarizar-se com eles implica em estar “fora da vontade do Pai e do seu projeto” e “influi diretamente sobre a nossa relação com Deus” (EG 187). Se é assim no coração de Deus, essa deve ser também a opção da Igreja: “Inspirada por tal preferência, a Igreja fez uma *opção pelos pobres*, entendida como uma ‘forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja’ [João Paulo II]”. Recorrendo e fazendo sua a afirmação de Bento XVI, diz Francisco: “esta opção ‘está implícita na fé cristológica naquele Deus que Se fez pobre por nós, para enriquecer-nos com sua pobreza’. Por isso, desejo uma Igreja pobre para os pobres” (EG 198).

A opção pelos pobres aparece, então, como categoria teológica: “Para a Igreja a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica ou filosófica” (EG 198). Como afirma Aquino Júnior, “a opção pelos pobres pertence ao coração do Evangelho do reinado de Deus e, enquanto tal, ela é constitutiva (e não meramente consecutiva e opcional!) da fé cristã”. Por isso que se pode

[...] compreender o fato de Francisco falar, às vezes, simplesmente de ‘opção pelos pobres’ (EG 195, 198), sem os receios, os escrúpulos e as ponderações que [...] se traduziam numa série de adjetivos [...] que, mais que explicar e precisar seu sentido, terminavam por enfraquecê-la e torná-la irrelevante na vida da Igreja” (AQUINO JÚNIOR, 2014, p. 355-356).

Essa categoria é tão clara que Francisco chama a atenção para quaisquer tentativas de relativizá-la ou enfraquecê-la: “É uma mensagem tão clara, tão direta, tão simples e eloquente que nenhuma hermenêutica eclesial tem o direito de relativizar. A reflexão da Igreja sobre esses textos não deveria ofuscar nem enfraquecer o seu sentido exortativo, mas antes ajudar a assumi-los com coragem e ardor” (EG 194). Isso “envolve tanto a cooperação para resolver as *causas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres, como os gestos mais simples e diários de solidariedade* para com as misérias muito concretas que encontramos” (EG 188, grifo nosso). As diretrizes são: 1) proximidade física dos pobres e esforço para socorrê-los em necessidades imediatas (cf. EG 187); 2) cuidado espiritual e abertura para perceber seu potencial evangelizador (cf. EG 198); 3) vivência e fortalecimento da cultura da solidariedade, que “supõe a criação e uma

nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns” (EG 188); 4) enfrentamento das causas estruturais da pobreza e injustiça no mundo, dizendo não a uma “economia da exclusão” (cf. EG 53), à “nova idolatria do dinheiro” (cf. EG 55), a “um dinheiro que governa em vez de servir” (cf. EG 57), à “desigualdade social que gera violência” (cf. EG 59).

2 As CEB's em Medellín e Puebla

A opção preferencial pelos pobres ou Igreja dos pobres influenciou, como vimos, toda a Conferência de Medellín e de Puebla e, através delas, toda a reflexão teológica e atividade pastoral da Igreja latino-americana e do conjunto da Igreja. Gostaríamos de continuar destacando como essa compreensão configura o modo como a Igreja pensa sua própria identidade e seu serviço ao mundo.

No que se refere à sua identidade, o Concílio Vaticano II, na *Lumen Gentium*, antepôs o capítulo sobre o Povo de Deus ao capítulo sobre a hierarquia e, assim, descobrimos que a Igreja é o Povo de Deus. Tal apresentação destaca primeiro a comum dignidade batismal que reúne a todos como Povo de Deus, para, em seguida, distinguir seus ministérios. Porém, corre-se ainda o risco de não se concretizar e historicizar o que seja esse povo de Deus quando não se determina sua identidade. É isso que faz Medellín e Puebla: “ali se chegou à percepção clara de que o ‘povo de Deus’ é, na realidade, o povo dos pobres. [...] Os conceitos de *povo* e de *pobres* são solidários e correlativos. Não há pobres que não formem um povo. Não há povo que não seja de pobres” (COMBLIN, 2002, p. 11).

Pensar o Povo de Deus como Povo dos pobres, ou Igreja dos Pobres, levou Medellín, e, posteriormente, Puebla, a pensar suas estruturas pastorais para ser expressão dessa identidade. Isso se faz através da comunidade eclesial de base como expressão mais fundamental e elementar do Povo de Deus. Trata-se, sem dúvida, de uma intuição muito criativa, concreta e fecunda. É preciso dizer, desde já, que as CEBs não esgotam o Povo de Deus e, por isso, se fala de outras estruturas de comunhão e participação, mas elas aparecem como elemento básico para compreender essas outras estruturas. É fundamental notar que as CEBs não aparecem simplesmente como mais uma experiência identificada e valorizada na

América Latina, mas as Conferências de Medellín e de Puebla as apresentam como estrutura ou parte de um projeto pastoral proposto para toda a Igreja da América Latina.

2.1 Medellín

As CEBs ou “comunidades cristãs de base” aparecem no Documento 15 (Pastoral de conjunto) de Medellín. Esse Documento começa apresentando alguns “fatos” referentes às estruturas pastorais na realidade latino-americana; a seguir, oferece a “motivação doutrinal” que deve impelir o processo de revisão e renovação das estruturas eclesiais; finalmente, apresenta as “orientações pastorais” para renovar essas estruturas eclesiais com o objetivo de se ter uma pastoral de conjunto. É justamente nessa terceira parte que aparecem as “comunidades cristãs de base” como primeiro e fundamental âmbito da comunhão eclesial: “a vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve encontrá-la na ‘comunidade de base’, ou seja, em uma comunidade local ou ambiental, que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita a convivência pessoal fraterna de seus membros” (CM, 15,10). Ela deve ser transformada em “família de Deus”, “uma comunidade de fé, esperança e caridade”, sendo ainda “o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também do culto que é sua expressão”. Continua ainda o mesmo parágrafo: “Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento” (CM, 14,10). Para que essas comunidades existam é fundamental a presença de “líderes ou dirigentes” que a elas pertençam, sejam seus animadores e tenham sido escolhidos tendo por critério “a maturidade espiritual e moral”. Os membros dessa comunidade devem exercer as “funções sacerdotal, profética e real” confiadas por Deus e ela precisa ser “um sinal da presença de Deus no mundo” (CM, 14,11). Recomenda-se ainda o “estudo teológico, sociológico e histórico” dessas comunidades e que as experiências “sejam divulgadas pelo CELAM e coordenadas na medida do possível” (CM, 14,12). Afirma-se ainda que a paróquia deve ser “um conjunto pastoral vivificador e unificador das comunidades de base”, o que permitirá a ela “descentralizar sua Pastoral no tocante

a lugares, funções e pessoas, justamente para ‘congregar num todo as diversas diferenças humanas que encontra e inseri-las na universalidade da Igreja’” (CM, 14,13).

Em linhas gerais, portanto, elas são apresentadas como 1) pequenas comunidades que permitem a “convivência pessoal e fraterna”; 2) “comunidade de fé, esperança e caridade”; 3) “primeiro e fundamental núcleo eclesial” ou “célula inicial da estrutura eclesial” e renovação da paróquia; 4) “foco de evangelização” e “fator primordial de promoção humana”; 5) têm “líderes e dirigentes” e todos os membros assumem a missão “sacerdotal, profética e real”; 6) “sinal e presença de Deus no mundo” (cf. AQUINO JÚNIOR, 2019, p. 441).

2.2 Puebla

Em Puebla, o tema das CEBs aparece na terceira parte do documento, “Evangelização na Igreja da América Latina”, no primeiro capítulo que trata dos “centros de comunhão e participação”: família, Comunidades Eclesiais de Base, paróquia, Igreja particular. Já o número introdutório nos diz de sua presença e contextualização na Igreja do Povo de Deus que manifesta sua vida de comunhão e serviço “em diversos níveis e diversas formas históricas” (DP 618). O texto está dividido em três partes.

A primeira apresenta a situação da Igreja na América Latina em diversos níveis. Quando trata das “pequenas comunidades, sobretudo as comunidades eclesiais de base”⁶, mostra que elas “criam maior inter-relacionamento pessoal, aceitação da Palavra de Deus, revisão de vida e reflexão sobre a realidade à luz do Evangelho”; além disso, “nelas acentua-se o compromisso com a família, com o bairro e a comunidade local”. O Documento destaca “como fato eclesial relevante e caracteristicamente nosso e como ‘esperança da Igreja’ [...]” a sua multiplicação “na periferia das grandes cidades e no campo”. Avalia-as como “ambiente propício para o surgimento de novos serviços leigos [...] a catequese familiar e a educação dos adultos na fé, de forma mais adequada ao povo simples” (DP 629). Reconhece, porém, a insuficiente “atenção à formação de líderes educadores da fé e de cristãos

⁶ Aquino Júnior (2019, p. 442) faz notar aqui que o “sobretudo” é uma novidade em relação a Medellín.

responsáveis nos organismos intermediários do bairro, do mundo operário e agrário”. Considera que esse seja o motivo que tem levado membros ou até mesmo comunidades inteiras a perda do autêntico senso eclesial (Cf. DP 630).

Na segunda parte, “Reflexão doutrinal”, o Documento declara que o “cristão vive em comunidade sob a ação do Espírito Santo, princípio de unidade e comunhão, como também da unidade e variedade de estados de vida, ministérios e carismas” (DP 638). Continua afirmando que “nas pequenas comunidades [...] cresce a experiência de novas relações interpessoais na fé, o aprofundamento da palavra de Deus, a participação na Eucaristia, a comunhão com os pastores da Igreja particular e um maior compromisso com a justiça na realidade social dos ambientes em que se vive” (DP 640). A seguir, procura caracterizar cada elemento do termo CEB: a) “enquanto comunidade, integra famílias, adultos e jovens, numa íntima relação interpessoal na fé”; b) “enquanto eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a Palavra de Deus e se nutre da eucaristia [...]; realiza a palavra de Deus na vida, através da solidariedade e compromisso com o mandamento novo do Senhor; e torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, por intermédio do ministério de coordenadores aprovados”; c) “é de base por ser constituída de poucos membros, em forma permanente e à guisa da grande comunidade” (DP 641); seus membros “procuram uma vida mais evangélica no seio do povo, colaboram para questionar as raízes egoístas e de consumismo da sociedade e explicitam a vocação para a comunhão com Deus e com os irmãos, oferecendo um valioso ponto de partida para a construção duma nova sociedade, ‘a civilização do amor’” (DP 642); as CEBs “são expressão de amor preferencial da Igreja pelo povo simples; nelas se expressa, valoriza e purifica sua religiosidade e se lhe oferece possibilidade concreta de participação na tarefa eclesial e no compromisso de transformar o mundo” (DP 643).

No terceiro ponto, linhas pastorais, os bispos declaram: “queremos resolutamente promover, orientar e acompanhar as comunidades eclesiais de base, de acordo com o espírito de Medellín e os critérios da *Evangelii Nuntiandi*; favorecer o descobrimento e a formação gradual de animadores para elas” e buscar meios para elas “adaptar-se também à pastoral das grandes cidades do nosso Continente” (DP 648).

Em síntese, retoma-se e confirma-se Medellín, com algumas matizações: 1) faz-se uma distinção entre pequenas comunidades e CEBs, mas sem aprofundar; 2) explicita-se melhor cada elemento do termo CEB: comunidade (poucos membros, relação interpessoal), eclesial (fé-esperança-caridade, palavra de Deus e sacramentos, palavra de Deus na vida, missão, comunhão com os pastores), base (poucos membros, permanente, célula da grande Igreja, expressão do amor preferencial da Igreja pelo povo simples); 3) é confirmado a participação de todos na tarefa eclesial e compromisso com a justiça, a transformação do mundo e a construção de uma nova sociedade; 4) apresenta-se o desafio da formação de lideranças e adaptação nas grandes cidades; 5) os bispos reafirmam seu compromisso de “promover, orientar e acompanhar” as CEBs.

2.3 Os desafios das CEBs da atualidade

Olhando para Medellín e Puebla, vemos que as CEBs fazem parte da estruturação do projeto pastoral. São o “primeiro e fundamental núcleo eclesial”, “célula inicial da estrutura eclesial”. Não obstante seus desafios e ambiguidades, o aspecto institucional nas duas Conferências foi responsável por seu crescimento quantitativo e qualitativo. Hoje, elas continuam a ser mencionadas em documentos, mas não aparecem mais como elemento primordial ou célula inicial; são apresentadas como uma organização ou meio entre outros e com uma advertência para que “não percam o contato com esta realidade muito rica da paróquia local” (EG 29), como se sua identidade não fosse essa de ser célula básica da paróquia.

O que se observa hoje é, pois, um quase esquecimento e marginalização das CEBs na Igreja, o que tem causado uma grande perda pastoral na constituição das comunidades: “a imensa maioria das comunidades está reduzida a culto e doutrina e tem um caráter marcadamente devocional-pentecostal” (AQUINO JÚNIOR, 2019, p. 444). Com isso também se perde a própria noção de comunidade e se provoca uma dispersão que enfraquece o processo de evangelização.

É interessante notar a atualidade dessa proposta: se hoje falamos das paróquias como comunidade de comunidades, como sinal de descentralização pastoral e melhor possibilidade de evangelização, especialmente no mundo urbano, para vencer o individualismo próprio dos nossos tempos e que tem se manifestado

num intimismo da fé, então cremos não se poderia prescindir das CEBs como sinal básico e fundamental dessa vivência evangelizadora, enquanto comunidade fraterna que ouve a palavra, celebra sua vida e promove a vida e dignidade dos seres humanos.

Obviamente a realidade de marginalização/esquecimento/enfraquecimento das CEBs não vai mudar do dia para a noite e nem se pode ficar vivendo como se nada disso estivesse acontecendo. É preciso atualizar crítica e criativamente esse jeito de ser Igreja na realidade em que estamos, e se pode fazer isso de diversas maneiras: participando de comunidades e pastorais, assumindo os diversos ministérios leigos, sensibilizando pessoas para as grandes periferias existenciais e sociais, vinculando os problemas concretos com a Palavra por meio do Círculo Bíblico e com a liturgia celebrada, além da catequese, despertando novas lideranças, mobilizando as atividades eclesiais que abrem a Igreja para o mundo (campanha da Fraternidade, grito dos excluídos, manifestações por direitos e defesa de comunidades e pessoas em situação de vulnerabilidade), entre outras (cf. *Ibidem*, p. 446).

Dessa maneira, se verifica melhor a configuração da Igreja para seu serviço ao mundo. A Igreja é sinal e instrumento do Reino no mundo. Torna-se sinal quando é vista como Povo de Deus que encontra na comunidade eclesial de base seu núcleo básico e fundamental, onde se reconhece e se vive os diversos ministérios, promovendo a descentralização pastoral, a vida fraterna, o serviço, o cuidado dos pobres. Esse sinal é, por si mesmo, instrumento quando a comunidade tem por missão a promoção humana dos pobres e marginalizados e aqui reside o critério de seu serviço ao Reino (cf. Mt 25,31-46).

A modo de conclusão

O movimento teológico-pastoral e teórico-prático que é a Teologia da Libertação bebeu de muitas fontes. Ocupam lugar central dentre essas fontes as Conferências do Episcopado Latino-Americano acontecidas em Medellín (1968) e Puebla (1979). São elas que produzem e/ou desencadeiam a Teologia da Libertação em nosso continente.

Hoje, cinquenta anos depois de seus inícios, há muitos que negam sua atualidade e outros continuam a afirmá-la. Com isso, na verdade, se afirma ou nega um determinado dinamismo eclesial e social que ameaça e incomoda determinados grupos de poder.

E se hoje ela não tem visibilidade midiática (sempre tão interessada em justificar ideologicamente grupos de poder), se “não está na moda” ou se não recebe tanto apoio da hierarquia da Igreja, mesmo assim, não deixa de se fazer presente na Igreja e na sociedade de diversas formas (na vida de cristãos e grupos eclesiais, no ministério profético de padres e bispos, na vida religiosa inserida e comprometida com as causas populares, nos movimentos populares, nas pastorais e organismos sociais, na atividade teológica de muitos teólogos e teólogas, etc.). Além disso, na medida em que a situação de pobreza e miséria perdura em nosso mundo, com números e situações cada vez mais alarmantes, permanece o compromisso teórico-prático de libertação de toda forma de opressão. Por fim, e como elemento básico, a Teologia da Libertação continua sempre presente e atual, pois seus elementos básicos, primado da práxis e perspectiva dos pobres, são centrais na revelação e fé cristãs de tal modo que negá-los é comprometer essa mesma revelação e a fé que a ela corresponde (cf. AQUINO JÚNIOR, 2011, 407-410).

Nosso artigo quis ser uma pequena contribuição para a retomada de dois temas que são fundamentais na Teologia da Libertação e que tiveram sua primeira e importante abordagem, como vimos, nas Conferências de Medellín e Puebla.

O primeiro tema (mais que propriamente tema, eixo configurador da Teologia da Libertação) é o da opção pelos pobres. Medellín e Puebla legaram para a Igreja como um todo e sua teologia algo que é essencial na revelação e fé cristãs: a centralidade dos pobres e oprimidos na história da salvação. As duas Conferências colocam no centro da reflexão e da prática pastoral da Igreja aqueles que ocupam o centro da vida e missão de Jesus Cristo, por mais que isso cause escândalo (cf. Lc 7,22ss). Essa intuição fundamental foi sendo desenvolvida e formulada de diversos modos pela Teologia da Libertação, explicitando tanto a densidade teológica da “opção pelos pobres” ou “Igreja dos pobres”, quanto para ajudar a Igreja a dinamizar de modo consequente sua vida e missão. E hoje, com o Papa Francisco, se fortalece de novo a esperança e o desejo de uma “Igreja pobre e para os pobres”.

O segundo tema, Comunidades Eclesiais de Base, emerge, como vimos, diretamente do primeiro. Pensar a Igreja como Povo dos pobres ou Igreja dos pobres demanda repensar as estruturas pastorais para que sejam expressão dessa identidade-missão. Daí, o grande mérito de Medellín e Puebla foi pensar as CEBs como a estrutura fundamental, básica, elementar desse Povo de Deus. É uma intuição criativa, concreta e fecunda para expressar a comunhão e participação que deve marcar a identidade da pastoral da Igreja. Hoje os planos de pastoral têm insistido muito na vivência de pequenas comunidades como antídoto contra o individualismo que marca, sobretudo, o mundo urbano. As CEBs, enquanto comunidades fraternas que se reúnem em torno da Palavra, celebram a vida e promovem a dignidade humana dos pobres e oprimidos, não podem ser preteridas. Cabe aos teólogos, pastores e agentes de pastoral retomar com novo vigor e impulso essa intuição pastoral tão fecunda das conferências de Medellín e Puebla.

Portanto, celebrar os cinquenta anos da Teologia da Libertação é oportunidade fundamental para que cristãos e comunidades continuem a configurar sua vida e missão, na força do Espírito, segundo o dinamismo de Jesus Cristo, fiel ao Deus dos pobres e oprimidos. Isso implica que nossa vida pessoal se traduza num compromisso permanente com os pobres, que nossa liturgia expresse a autêntica imagem de Deus que vem ao encontro dos pobres para salvá-los, que nossa organização eclesial se faça através de pequenas comunidades de base nas quais se valoriza a fraternidade, os ministérios leigos, a escuta/atualização da Palavra, a celebração da vida em comunidade e a promoção da dignidade humana.

É preciso fortalecer também as lutas dos movimentos populares por terra, teto e trabalho. O Papa Francisco tem insistido que eles são “poetas sociais, que desde as periferias esquecidas criam soluções dignas para os problemas mais prementes dos excluídos” (FRANCISCO, 2021). E destaca: vivem a organização comunitária, reivindicam direitos, arregaçam as mangas para trabalhar pelo bem comum; as mulheres multiplicam o pão nos refeitórios comunitários, os agricultores produzem alimentos saudáveis sem destruir a natureza, são solidários com os sem teto, os migrantes, as pessoas privadas de liberdade e dependentes (cf. *Ibidem*). Eles são, portanto, mediação objetiva do estilo de vida novo suscitado pelo Evangelho do Reino.

É preciso ainda desenvolver com afinco e seriedade o momento teórico dessa práxis libertadora. Aos teólogos nunca é demais recordar o que disse o Papa Francisco (2015): “Neste tempo a teologia deve enfrentar também os conflitos [...] relativos ao mundo inteiro e que são vividos pelas ruas da América Latina”. Para tanto, “não vos contenteis com uma teologia de escritório. O vosso lugar de reflexão sejam as fronteiras. Não cedais à tentação de as ornamentar, perfumar, consertar nem domesticar”. Por fim: “Até os bons teólogos, assim como os bons pastores, têm o odor do povo e da rua e, com a sua reflexão, derramam azeite e vinho sobre as feridas dos homens”.

Siglas

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CM – Conclusões de Medellín

DP – Documento de Puebla

EG – Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual

Referências

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. Atualidade da Teologia da Libertação. **Theologica Xaveriana**. Bogotá, v. 61, n. 172, p. 397-422, jul./dez., 2011.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. “Uma Igreja pobre e para os pobres”. **Convergência**. Brasília, n. 49, p. 349-364, 2014.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. CEBs: de Medellín a Puebla. In: SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson (Orgs.). **Puebla: Igreja na América Latina e no Caribe: opção pelos pobres, libertação e resistência**. Petrópolis: Vozes, 2019. p.438-447.

BENTO XVI, Papa. Discurso Inaugural. In: CELAM. **Documento de Aparecida**. São Paulo: Paulinas, 2007. p.249-266.

CELAM. **Conclusões da Conferência de Puebla**: evangelização no presente e no futuro da América Latina. 14ª ed. São Paulo: Paulinas, 2009.

CELAM. **Conclusões de Medellín, 1968**: trinta anos depois, Medellín é ainda atual? 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

CELAM. **Documento de Aparecida**. São Paulo: Paulinas, 2007.

COMBLIN, José. **O Povo de Deus**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2002.

DOS SANTOS, Beni. Introdução a uma leitura do documento a partir da Opção preferencial pelos pobres. In: CELAM. **Conclusões da Conferência de Puebla: evangelização no presente e no futuro da América Latina**. 14ª ed. São Paulo: Paulinas, 2009. pp.57-69.

FRANCISCO, Papa. **Carta do Papa Francisco por ocasião do centenário da Pontifícia Universidade Católica Argentina**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2015/documents/papa-francesco_20150303_lettera-universita-cattolica-argentina.html. Vaticano, 03 de março de 2015. Acesso em: 20.jul.2021.

FRANCISCO, Papa. **Carta do Papa Francisco aos movimentos populares**. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2020/documents/papa-francesco_20200412_lettera-movimentipopolari.html. Vaticano, 12 de abril de 2020. Acesso em: 20.jul.2021.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. São Paulo: Paulinas, 2013.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. Diálogo para a Comunhão e Participação. In: SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson (Orgs.). **Puebla: Igreja na América Latina e no Caribe: opção pelos pobres, libertação e resistência**. Petrópolis: Vozes, 2019. p.427-437.

GUTIERREZ, Gustavo. **Onde dormirão os pobres**. São Paulo: Paulus, 2003.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta encíclica Sollicitudo rei socialis**. São Paulo: Paulinas, 1990.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta apostólica Novo Millennio ineunte**. São Paulo: Paulinas, 2001.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta encíclica Centesimus annus**. 7ª ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

JOÃO XXIII, Papa. **Mensagem radiofônica a todos os fiéis católicos, a um mês da abertura do Concílio**. In: VATICANO II. *Mensagens, discursos, documentos*. São Paulo: Paulinas, 2007. pp.20-26.

LORSCHIEDER, Aloísio. **Mantenham as lâmpadas acesas: revisitando o caminho, recriando a caminhada**. Um diálogo de Aloísio Cardeal Lorscheider com O Grupo. Fortaleza: UFC, 2008.

MANZATTO, Antônio. Opção preferencial pelos pobres. In: DE SOUZA, Ney; SBARDELOTTI, Emerson (Orgs.). **Puebla: Igreja na América Latina e no Caribe: opção pelos pobres, libertação e resistência**. Petrópolis: Vozes, 2019. p.451-562.

Recebido em: 30.03.2022
Aprovado em: 15.04.2022.

Received: 30.03.2022.
Approved: 15.04.2022.